

**James M.  
Buchanan**

**CUSTO**



**Uma indagação em  
teoria econômica**

# **CUSTO E ESCOLHA**

**UMA INDAGAÇÃO EM TEORIA  
ECONÔMICA**



JAMES M. BUCHANAN

# CUSTO E ESCOLHA

## UMA INDAGAÇÃO EM TEORIA ECONÔMICA

**Tradução: Luiz Antonio Pedroso Rafael**

Título original: *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory* Licensed by  
The University of Chicago, Chicago, Illinois, USA © 1969 by James M.  
Buchanan. All rights reserved.

**Preparação de originais e revisão técnica:**

Jorge Vianna Monteiro Professor Associado, Depto. de Economia,  
PUC-RJ

Carlos Roberto Faccina Professor Titular, Depto. de Economia,  
Universidade Mackenzie

Paulo Sérgio Fenani Professor Assistente, Depto. de Economia,  
Universidade Mackenzie

**Revisão de provas:**

Pedro Adão Ruiz

**Edição da versão digital:**

Monica Magalhães  
Fábio Ostermann

Direitos para a versão digital concedidos por Instituto Liberal a  
OrdemLivre.org, marca da Atlas Economic Research Foundation.



"Eu, também, saí em busca da expressão. Agora sei que meus deuses não me concederam nada além da alusão ou menção."

Jorge Luis Borges

*Prólogo de A Personal Anthology*

# James M. Buchanan e a Economia Política Brasileira

*Jorge Vianna Monteiro*  
Professor Associado,  
Depto. de Economia, PUC-RJ

*Há pelo menos três possíveis fontes na minha crítica à economia política ortodoxa. Primeiro, fui influenciado por Frank Knight e por F. A. Hayek em suas insistentes lembranças de que o problema da ordem social não é científico, no sentido habitual. Segundo, fui muito influenciado pela advertência de Knut Wicksell de que os economistas deveriam parar de agir como se o governo fosse um déspota benevolente. Terceiro, desde muito cedo no meu pensamento rejeito a promoção que o economista ortodoxo faz da eficiência alocativa como um padrão de avaliação independente.*

J. Buchanan, 1992.<sup>1</sup>

Enfim, publica-se no Brasil um livro do mais inovador dos economistas contemporâneos. Não obstante ter ganho em 1986 o Prêmio Nobel de Economia, o professor James M. Buchanan é ainda razoavelmente desconhecido no meio econômico brasileiro.

Pior para todos nós!

De fato, a contribuição de Buchanan - que pode ser sintetizada no paradigma em que as instituições contam, isto é, são tratadas endogenamente à interação social - tem uma angustiante atualidade para a crise da economia política brasileira: ela fornece a referência analítica em que se enquadra boa parte dos dilemas econômicos nacionais e, como tal, permite delimitar toda uma classe de soluções que tem escapado sistematicamente à consideração dos economistas brasileiros.

---

<sup>1</sup> J. Buchanan (1992), *Better than Plowing and Other Personal Essays*, (Chicago: The University of Chicago Press).

Mesmo um texto como *Custo e Escolha*, que aparentemente se localiza na teoria microeconômica, tem um vínculo muito especial com uma das grandes questões da política econômica brasileira: o endividamento do Estado. Em verdade, este livro, escrito em 1969<sup>2</sup>, é uma erudita explanação do conceito de *custo de oportunidade* e surgiu para esclarecer aspectos da questão da dívida pública, na discussão que se seguiu à publicação de seu *Public Principles of Public Debt* (1958).

Buchanan destaca-se nesse debate pela ênfase no aspecto *moral* da dívida pública<sup>3</sup> e por considerar que os encargos da dívida devam ser aferidos em termos das oportunidades não escolhidas ou preteridas, e não em termos de transferências de recursos reais - como ditava nos anos 50 e 60 a tradição keynesiana. Assim, o custo da dívida reside não nos recursos *per se*, mas na utilidade associada àquelas oportunidades de que se abre mão quando se empreende uma escolha.

O capítulo final de *Custo e Escolha* também é muito especial porque direciona a atenção do economista para a caracterização do custo nas interações que se processam fora do mercado: as escolhas coletivas que se resolvem nos processos políticos são um exemplo.

E precisamente no estudo dessas *public choices* que Buchanan tem contribuído de modo tão fundamental com sua *Teoria Econômica de Constituições* (J. Buchanan e G. Tullock, 1962; J. Buchanan, 1975; G. Brennan e J. Buchanan, 1985).

De igual modo, é nessa dimensão que se resume a crise econômica brasileira: como fazer com que o processo político possa induzir seus participantes (os políticos) a produzir resultados de interesse social, escapando, assim, da inerente tendenciosidade às escolhas individualistas que associam cliente-lismo e oportunismo eleitoral.

---

<sup>2</sup> E com uma segunda edição em 1978.

<sup>3</sup> Em entrevista à Revista Veja, 14 de Abril de 1993, Buchanan enfatiza ser "imoral gastar recursos hoje e deixar a conta para gerações futuras".



Áfinal, não podemos insistir em diagnósticos ingênuos que pressupõem, por exemplo, que tudo que um ajuste fiscal precisa promover é levar o déficit das contas públicas para um nível "tolerável". O contexto de instituições democráticas situa esse ajuste em outra perspectiva; que regras constitucionais restringirão mais efetivamente o comportamento fiscal do governo?

Ou, numa observação de especial significado para a economia brasileira contemporânea:

*Concluir normativamente que a atividade empreendida pelos governos é "demais" ou "de menos" parece ser um esforço um tanto inútil, exceto quando se está preparado para sugerir algumas possíveis (isto é, viáveis) modificações nas regras (...) segundo as quais as decisões são tomadas (...)* J. Buchanan e G. Tullock, 1962, pág. 210<sup>4</sup>.

A noção de uma constituição monetária e fiscal enfatiza a necessidade de incorporar regras estáveis e previsíveis na política econômica – o que reconhecidamente representa uma melhoria tecnológica que promove a cooperação social e benefícios mútuos para governo e agentes privados.

E o que trabalharia contra esse avanço na concepção de uma estratégia macroeconômica?

A ação de pequenos grupos de interesse preferenciais que obtêm ganhos, em decorrência da imprevisibilidade tão característica das nossas instituições monetárias e fiscais em vigor, pode ser um fator limitativo apreciável. Tais pessoas e organizações investem recursos reais no desenvolvimento de suas habilidades diferenciais quanto à previsão e reação diante da instabilidade do comportamento dos agentes públicos (políticos, burocratas), obtendo, assim, uma vantagem significativa no jogo da política econômica. Elas poderiam amargar pesadas perdas transacionais

---

<sup>4</sup> J. Buchanan e G. Tullock (1962), *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*, (Ann Arbor: Michigan University Press)

com a evolução para o regime de regras monetárias e fiscais estáveis.

No cenário de instabilidade institucional em que opera a economia brasileira, a própria burocracia governamental e a legislatura acabam por oferecer, elas próprias, exemplos *sui generis* desse mecanismo de *rent-seeking/rent-avoidance*.

Em verdade, todo esse conflito distributivo deve ser basicamente tratado em nível constitucional; caso contrário, a operação governamental (nível pós-constitucional) transcorrerá num contexto de intenso conflito redistributivo, com os processos políticos atendendo as maiorias, a expensas das minorias.

Assim sendo, 1993 é uma boa ocasião para que se divulgue entre nós a contribuição científica do professor James Buchanan: afinal, estaremos, em breve, em plena fase de revisão da Constituição. O objetivo do design constitucional seria uma Constituição que:

\* coordene a ação coletiva para a obtenção de um equilíbrio (em que fiquem definidos, entre outros, o papel do Estado, o grau de coerção permissível nas políticas públicas); e

\* seja aceita como "boa" por um segmento expressivo da coletividade, por não viabilizar a tiranização do Estado, exercida em causa própria, ou em nome de qualquer coalização política.

Enfim, um resultado que a moderna literatura macroeconômica rotula de um *equilíbrio forte*.

Perceba, no entanto, o leitor a aberração institucional em que podemos incorrer quando aceitamos pontos de vista simplistas da burocracia governamental que propõe que a "boa" Constituição seja aquela que venha a viabilizar o plano econômico governamental.

É irrecusável, pois, reconhecer o quão significativa é a obra do professor Buchanan e sua escola de pensamento<sup>5</sup> para o desenvolvimento de uma percepção mais estratégica, e menos

---

<sup>5</sup> Que tem sido rotulada alternativamente de "Escola de Virgínia" (originariamente, esse grupo de cientistas sociais, teve por base Charlottesville, depois Blacksburg, e, presentemente, Fairfax, todas cidades universitárias no Estado de Virgínia, EUA), "Nova Economia Política", e "Public Choice".

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

